



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# A Experiência dos Processos de Integração na África:

Problemas e Perspectivas  
Mamadou Alpha Diallo

**Como citar:** AGUILAR, S. L.; ALONSO, I. Z. A experiência dos processos de integração na África: problemas e perspectivas. *In:* AGUILAR, S. L.; ALONSO, I. Z. (org.). **Os Desafios da Política Externa e Segurança no século XXI**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 269-294.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p269-294>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# A EXPERIÊNCIA DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

*Mamadou Alpha Diallo*

## 1 – INTRODUÇÃO

O tema proposto para este encontro versa sobre a experiência dos processos de integração na África e busca compreender os problemas e perspectivas desses processos. Para tanto, será necessário entender em um primeiro momento, a origem histórica da Integração Regional africana. Isto significa analisar a chamada solidariedade africana antes, durante e depois a colonização. O objetivo é de mostrar a relação que existe entre as atuais estruturas de integração regional e as formas de organização política do continente antes da chegada do colonizador europeu de um lado e do outro, mostrar que tais delineamentos físicos

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p269-294>

ou/e geográficos foram em grande parte incorporados nas estruturas coloniais em geral e francesas em particular e foram objeto de debate e controversia no momento da independência.

Tais divergências podem ser consideradas o pontapé inicial dos problemas da Integração Africana, certamente devido não somente ao fato da colonização ter fragmentado o continente em múltiplas unidades políticas inviáveis, mas também (e principalmente) devido ao individualismo egoísta da elite (ou parte dela) dirigente africana. Assim, percebe-se que no continente africano, as unidades políticas mais importantes em termos geo-históricos estiveram concentradas em determinadas regiões, como na África Austral, no Chifre da África, na África Mediterrânea ou na África Ocidental. As principais unidades políticas de grande duração histórica nestas regiões foram impérios africanos que possuíam importantes redes comerciais regionais com as demais regiões, e cuja delimitação político territorial era definida muito mais em função das semelhanças e complementariedades (culturais, econômicas, climáticas e territoriais) do que das diferenças (DIALLO, 2015).

Um quadro sintético dos reinos e impérios mais importantes para compreender os elementos de história de longa duração e geopolítica destas regiões, demonstrando as principais tendências históricas de estabelecimento de vínculos e conexões regionais. Vale ressaltar que a importância da parte histórica para o entendimento tanto das experiências quanto das perspectivas da integração, pois, os períodos pré-colonial e colonial são fundamentais para a compreensão das forças profundas das relações internacionais africanas e são importantes para refutar a tese do isolamento africano e para observar a contribuição europeia para a emergência de um sistema Westfaliano de Estados na África (VISENTINI, 2011). Depois desta breve contextualização histórica, entra-se nos principais processos que levaram aos processos de integração regionais africanas tais como os que conhecemos na atualidade. Quais processos são estes?

## **2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

A origem dos processos de integração regional africana pode ser atribuída entre outros ao movimento pan-africanista, que serviu de base

ideológica, política e social para mobilizar os africanos e incentivá-los a lutarem para a independência do continente, conquistada entre meado da década de 1950, mais especificamente, a partir de 1957 com a independência de Gana de Kwamé Nkrumah, seguida da independência da República da Guiné de Ahmadou Sekou Touré em 1958, no âmbito da África Subsaariana também conhecida como África Negra. A independência destes dois países, o impacto da Guerra da Argélia (1954–1962), aceleram os processos de descolonização do resto do continente e levam a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, que podemos considerar como o primeiro processo de integração africana, e uma concretização do pensamento pan-africanista. No que diz respeito à OUA, Ndlovu (2008) afirma que sem este bloco continental não teríamos possivelmente, a atual arquitetura sub-regional, por isso os feitos da OUA, não podem ser ignoradas na avaliação dos processos de integração regional africana. Evidentemente, o nascimento da OUA é resultado do engajamento dos africanos em geral e principalmente as elites da independência que, baseados nas ideias pan-africanistas, vão buscar por todos os meios a realização dos Estados Unidos da África (NDLOVU, 2008). O engajamento dos intelectuais e líderes políticos em favor da integração pode ser visualizada a través da produção intelectual da época. Assim, tivemos a publicação do livro *Nação Negra e Cultura*, do historiador senegalês Cheikh Anta Diop em 1955, no qual o autor resgata os valores negros e refuta a ideia eurocêntrica de uma África a-histórica, assim como a tentativa das teorias racistas de desvincular a civilização e a cultura egípcia, julgada branca, da civilização e cultura da parte subsaariana do continente. O mesmo autor publicou, em 1960, *l'Afrique Noire pré-colonial* (África Negra Pré-colonial), *l'Unité Culturelle de l'Afrique Noire* (A Unidade Cultural da África Negra) e *Les Fondements politiques, économiques, culturels, industriels, technologiques et scientifiques d'un futur État Fédéral d'Afrique Noire* (Os fundamentos políticos, econômicos, culturais, industriais, tecnológicos e científico de um futuro Estado Federal da África Negra). Estas três obras têm em comum a defesa da Unidade Africana, o resgate da história e dos valores africanos como pilares da solidariedade africana.

Na mesma época, Kwamé Nkrumah, então presidente de Gana lançou, em 1963, seu livro intitulado *Africa must Unite*, onde defende

a importância e a urgência da unidade econômica, política, social e cultural do continente. Mas também militarmente para lutar contra o colonialismo em todas as suas formas no continente (NKRUMAH, 1963; OUÉDRAOGO, 2005).

Isto é a expressão do pan-africanismo, que partiu da consciência unitária nascida na diáspora em geral e especificamente dos escravos negros durante a travessia do Atlântico, e amadureceu na América e na Europa antes de aterrissar em solos africanos trazido por esses intelectuais e futuros dirigentes políticos (OUÉDRAOGO, 2005). Assim, o debate sobre a independência africana do período de 1950 a 1960, foi animada pela questão da unidade africana e foi uma das principais preocupações dos líderes políticos. Cada líder buscava uma fórmula desta unidade. No entanto, não tinham uma mesma concepção do caminho a ser seguido para alcançar o objetivo da unidade considerado por todos a última etapa da independência africana (ABWA, 2005).

Neste período as questões da unidade e da integração eram vistas como uma das principais soluções do continente para se livrar da dependência e da tutela do ocidente. Por esse motivo, os membros do *Ressement Democratique Africaine (RDA)*, um dos partidos políticos que negociavam a independência, propuseram o federalismo como quadro político inicial. Foi esse projeto político que foi sintetizado e publicado em *Les fondements culturels et industriels d'un futur État Fédéral d'Afrique Noir*, ou seja, os fundamentos culturais e industriais de um Estado Federal da África Negra, por Cheikh Anta Diop, em 1960.

Nesta obra, o autor, lança as bases constitucionais, linguísticas, econômicas e sociais do Estado federado da África Negra, além de mostrar toda a fragilidade dos países africanos e da sua independência neocolonial, caso a mesma seja consolidada fora de um sistema federal continental (GOMA-THETHET, 2005). No entanto, importa ressaltar que esta convicção de Cheikh Anta sobre a importância da unidade continental, vem do seu conhecimento científico, sobre o passado histórico da antiga organização política, econômica e social da África Negra como ele mesmo afirma:

A antiga organização política, econômica e social da África negra desde 2000 anos, a organização administrativa, militar, jurídica, a organização do ensino, o nível universitário e técnico, o uso e o esplendor

da vida na corte, hábitos e costumes, tantos fatos que se acreditavam serem perdido para sempre nas brumas do tempo, podemos resgata-los a impressionante, científico, na África Negra pré-colonial e para todo oeste africano em particular (DIOP, 1960, p. 15).<sup>1</sup>

Importa ressaltar a importância do resgate histórico quando se pensa a integração africana, pois, como mostra Diop, nas linhas supracitadas, as bases políticas, econômicas, socioculturais e mesmo securitárias e científicas deste processo podem ser vislumbradas no continente antes da chegada da colonização ocidental no século XIX. Obviamente, isto passa pelo resgate da verdadeira história e da identidade africana antes da chegada dos Europeus, o que fez Cheikh Anta Diop, ao publicar *L'Afrique Noire Pré-colonial* (África Negra Pré-Colonial), em 1960. Esta obra além de mostrar a importância das civilizações tradicionais africanas, compara a evolução sócio-política da Europa e da África da antiguidade aos tempos modernos, no intuito de mostrar a origem da estagnação e do atraso africano a partir da colonização. Em outras palavras, Diop, assim como outros intelectuais, mostra que antes da colonização a África tinha suas instituições, suas estruturas e, principalmente, sua própria ideia de governo e de organização social. Igualmente, isto significa afirmar a relação que existe entre o atraso africano de um lado e o avanço da Europa ocidental através de padrões comparativos.

Neste sentido da mesma forma que Diop, Rodney (2012), afirma que:

a África de hoje está subdesenvolvida em relação a Europa ocidental e outras partes do mundo não por uma evolução separada da Europa, mas sim, devido a exploração resultante do longo e extenso período de contato com a Europa (RODNEY, 2012, p. 33, tradução nossa).

Na opinião deste autor, para compreender o subdesenvolvimento (atraso) africano, é preciso: (1) reconstruir a natureza do desenvolvimento africano antes da vinda dos Europeus; (2) reconstruir a natureza do de-

<sup>1</sup> Tradução nossa do texto original em francês: *L'ancienne organisation politique, économique et sociale de l'Afrique Noire depuis 2000 ans, l'organisation administrative, militaire, judiciaire, l'organisation de l'enseignement, le niveau universitaire et technique, les usages et les fastes de la vie de cour, les moeurs et coutumes, tant de faits que l'on croyait à jamais perdu dans la nuit du temps, nous avons pu les resussiter de façonsaisissantes, scientifique dans l'Afrique noire, pour tout l'ouest africain em particulier.*

envolvimento que ocorreu na Europa antes da expansão no exterior; (3) analisar a contribuição da África para o presente estado europeu “desenvolvido”; e por fim, (4) analisar a contribuição da Europa para o presente Estado “subdesenvolvido” da África. Isto reforça o argumento segundo o qual, é necessário entender o passado histórico africano para melhor pensar o presente e o futuro do continente, assim como justifica a importância do conhecimento do passado histórico para pensar as bases da integração africana como sugere Diop.

Deste modo, para justificar a importância de uma África federada, ele parte da demonstração da unidade histórica, da unidade física e geográfica que implica ou/e justifica uma unidade econômica, mas também afirma que existe um fundamento linguístico que justifique a necessidade da unidade política africana. A este respeito, Diop afirma:

As línguas africanas apresentam a mesma unidade e constituem uma mesma grande família linguística tanto homogênea quanto a das línguas indo-europeia. Nada é mais fácil que de estabelecer as leis (regras) que permitem a passagem de uma língua zulu (bantou) a uma língua oeste africana como o Sèrere, Walaf, Fulani (DIOP, 1960, p. 17, tradução nossa).

Como se percebe, o pensamento de Diop, não somente mostra a necessidade da unidade africana, mas também comprova que a mesma é possível e, mais que isso, a coloca como condição indispensável para fazer do continente uma região independente, autônoma, capaz de gerar um bem-estar social adequado para sua população. Deste modo, apesar da luta pela independência africana não levar a uma estrutura favorável a construção de uma unidade, nem regional e muito menos continental, já que os territórios foram adquirindo independência de forma fragmentada, a ideia desta unidade não ficou esquecida. O entusiasmo gerado pela criação dos Estados nacionais nos moldes da conferência de Berlim e das fronteiras coloniais, consolidando desta forma a política de dividir para reinar, que é uma das características do imperialismo europeu (ADEBAJO, 2013), deixava distante qualquer expectativa real de unidade nas linhas defendidas por Nkrumah, Diop e companhia.

Porém, foi neste contexto em que o tema da integração regional parecia ser ultrapassada e pouco realista, tanto pela euforia das independências dos territórios de forma fragmentada, quanto pela pressão das potências ocidentais, que a ideia de integração regional aparece como uma solução incontornável para o continente, seguindo de certa forma a economia política internacional, marcada pela crise do petróleo da década de 1970. As consequências e impactos desta crise colocam os jovens Estados africanos diante da real política marcada pela Guerra Fria. Assim, se de um lado o continente celebra o fim do colonialismo português com a independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, em 1974, e Angola e Moçambique, em 1975, do outro lado, o continente enfrentava como nenhuma outra parte do mundo os efeitos da Guerra Fria (apartheid na África do Sul, guerra civil em Angola, crise econômica e política no resto do continente). Isto influenciou a evolução dos processos de integração regionais na África e especificamente em sua parte ocidental, onde a Nigéria, recém-saída da guerra civil de Biafra (1967–1970), propõe a criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), rompendo desta forma, com a ideia de fronteira e de rivalidade entre países de ex-colônias francesas e inglesas na região.

Em síntese, percebe-se que o surgimento de dinâmicos processos e estruturas de integração regionais no continente africano, no período pós-guerra Fria, são resultados do processo histórico do continente desde a era dos impérios africanos (Mali, Congo, Benim), passando pela era da dominação colonial europeia e culminando nos processos de independência no final da segunda Guerra Mundial (1939–1945) e início da Guerra Fria. Deste modo, entende-se que é quase impossível compreender os problemas e as perspectivas da integração africana que tomou corpo e consistência no período pós-Guerra Fria, principalmente a partir do renascimento africano – Criação da União Africana (UA) no lugar da Organização da Unidade Africana (OUA) e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

Esta nova dinâmica, iniciada a partir da década de 1990, tornou as organizações regionais os principais atores na gestão de conflitos, mas também atores de desenvolvimento econômico no continente. As Comunidades Econômicas Regionais (CER), criadas entre meado de 1970 e iní-

cio de 1980, se destacaram desde início, por terem claros os objetivos identificados em suas diversas áreas de atuação (economia, política, segurança). A consagração das CER como atores indispensáveis a serem levados em conta na busca do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do continente veio com a criação da União Africana (UA) em substituição à OUA. A nova instituição tomou como pilares da integração continental as CERs. Além disso, a implementação de mecanismos institucionais adaptados às questões regionais, assegurando uma coordenação continental, foi acompanhada por um desejo de conectar a África, atormentada pela proliferação excessiva de organizações (SALL, 2006).

No entanto, cabe ressaltar que isto não significa que a história da integração regional africana, iniciou com o fim da bipolaridade, pois, no caso da África Ocidental, por exemplo, a análise da evolução do processo de integração apresentada por Sall (2006), considera três 'hipotecas': a colonial, a política e a técnica. Na primeira, o autor mostra que a integração nesta parte do continente foi primeiro uma ação espontânea do povo, que ataram os laços familiares, parentais, econômicos e/ou culturais. Em segundo lugar vem a vontade política no âmbito dos grandes impérios locais tais como Mali, Songai, Fouta. Ou seja, a integração oeste africana vem bem antes da colonização e da independência dos atuais Estados nacionais, apesar de se pensar, acreditar e afirmar que a integração oeste africana é um processo recente, introduzido pelo colonizador europeu como no caso da África Ocidental Francesa (AOF). Neste sentido, Sall é bem enfático ao afirmar:

A África em geral e sua parte Ocidental em particular tem experimentado desde muito cedo formulas federativas, o que evidentemente facilitou a implementação dos processos de integração pós-coloniais. É verdade que de uma época a outra, as motivações mudaram. Os grandes impérios pré-coloniais realizaram a unidade da sub-região em uma perspectiva hegemônica. Tratava-se na maioria das vezes para eles, não de constituírem federações de coletividade sob uma base igualitária ou em um conjunto gerado de benefícios distribuídos de forma igualitárias, mas tratava de a sujeitar outros reinos, anexar outras terras (SALL, 2006, p. 05, tradução nossa).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Texto oral em frances: *L'Afrique de l'Oueste a tôt expérimenté des formules fédératrices, ce qui a bien entendu facilité les entreprises d'intégration post-coloniales. Il est vrai que, d'une époque à l'autre, les motivations ont changé. Les grand empires pré-coloniaux ont réalisé l'unité de la sous région dans une perspective hégémonique; il s'est souvent agité pour eux, non de fédérer des collectivités sur une base égalitaire ou dans un ensemble générateur de profisquibles redistribués, mais plutôt d'assujettir d'autres rayayumes, d'annexer d'autres terres* (SALL, 2006, p. 5).

Desse modo, vê-se que o pensamento aglutinador, ou integracionista não é fato novo no continente apesar dele se basear em ambições hegemônicas. Mas, de qualquer modo, pode-se afirmar que neste contexto, a chegada do colonizador constitui uma ruptura em relação aos processos de integração política em curso. Nesta mesma linha, Barry afirma que a África tradicional era caracterizada pela unidade e diversidade, além da existência de um fundo cultural de origem comum (ou parentesco) e uma organização social análoga que fazem do continente uma realidade. E esta realidade viva, larga e rica não esperou a conquista colonial para tomar emprestado e dar aos outros grandes conjuntos do antigo mundo mediterrâneo (BARRY, 1985). Portanto, mesmo a criação da África Ocidental Francesa como unidade administrativa, fez de certa forma um resgate da estrutura que ali existia antes da colonização. Obviamente esta estrutura colonial tinha uma preocupação administrativa, não obstante, de maneira indireta ela acaba ajudando, de certo modo, os Estados pós-coloniais a forjar uma ideia centralizadora de um Estado oeste africano. Assim, a 'hipoteca' colonial como quadro de integração pode se sustentar somente quando nós pensamos no âmbito dos territórios administrados por uma única potência colonial como foi o caso da AOF. Saindo deste quadro essa 'hipoteca', aparece mais como fator de divisão do agrupamento.

Em suma, no caso oeste africano, onde temos colônias portuguesas, inglesas e francesas, a 'hipoteca' colonial não pode ser vista como fator de união, mas sim fator de divisão e um gargalo para o atual processo de integração regional. A América Latina passou por um processo parecido na sua primeira onda de integração, que foi marcada por várias tentativas frustradas de integração regional devido, de certo modo, a disputas entre Estados Unidos e Inglaterra pela divisão da América Latina, mas também a um desejo de integrar a América hispânica como destacaram os tratados assinados no congresso de Panamá (SOUZA, 2012). Ou seja, a 'hipoteca' colonial definitivamente não é um elemento que joga em favor da integração tanto na África Ocidental quanto em outras partes do continente.

O segundo ponto analisado por Sall (2006), decore direta ou indiretamente da primeira, pois trata da 'hipoteca' política que traz consigo um ponto fundamental das Relações Internacionais do período pós-Segunda Guerra Mundial (1939–1945), que é a rivalidade Leste-Oeste. A

tentativa de integrar os países da África Ocidental através da criação de organizações regionais se deu em pleno contexto da Guerra Fria, portanto, fortemente impactada pelo antagonismo ideológico. A África Ocidental é uma ilustração da rivalidade Leste-Oeste e por isto, as organizações regionais constituídas foram, e continuam sendo, baseadas na crença ou no alinhamento ideológico (SALL, 2006).

Assim, pode-se falar da bipolarização do espaço organizacional não somente da África Ocidental, mas do continente como um todo, como ilustra espetacularmente a rivalidade entre o grupo de Brazzaville, moderado e francófono, e o grupo de Casablanca, revolucionário anticolonialista. O grupo de Casablanca criado em 1961 na capital Marroquina, foi constituído em reação ao grupo de Brazzaville, formado por: Marrocos, Líbia, Egito, Gana, Guiné e Mali. Ou seja, o grupo é composto por três estados da África do Norte e três Estados do Oeste africano. O objetivo do grupo é fazer triunfar as liberdades em toda África, realizar a unidade do continente, em um quadro de não alinhamento, lutar para aniquilar o colonialismo e o neocolonialismo sobre todas suas formas.

Esta luta ideológica será ganha pelo grupo moderado de Brazzaville, que, além de ganhar novos membros a partir de 1961, quando recebeu a adesão de Etiópia, Libéria, Serra Leoa, Líbia, Nigéria, Togo, Tunísia e Somália, acaba ditando os desenhos de integração africana, seja em nível continental (OUA), seja no âmbito regional, que é o caso da África Ocidental. Nesta parte do continente, a vitória do grupo moderado de Brazzaville teve uma consequência direta na evolução dos processos de integração regionais e trouxe de volta a 'hipoteca' colonial como base do processo, permitindo desse modo, o pioneirismo do colonizador no desenho institucional com três zonas possíveis: a zona francófona, que corresponde aos antigos territórios da AOF, cujo projeto de integração foi ensaiada pela criação da Federação do Mali, que visava agrupar territórios da antiga África Ocidental Francesa (M'BOKOLO, 2011); a zona anglófona, caracterizada por sua descontinuidade territorial, pois foi conformada pelos territórios da Gambia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa; e por último a zona lusófona, formada por Angola, Cabo Verde, Guine Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (SALL, 2006).

No entanto, é o grupo de Brazzaville que vai ditar as modalidades de integração da região, principalmente porque seus interesses se confundem ou combinam aos interesses das ex-potências coloniais (França, Inglaterra, Portugal), portanto, do campo ocidental do ponto de vista ideológico, em detrimento do grupo de Casablanca, revolucionário e adepto ao não alinhamento.

A grosso modo, percebe-se que a fase política da evolução da integração africana foi marcada pela brigada ideológica no mundo pós-segunda Guerra Mundial, que resguardou a ingerência externa direta dos Estados Unidos e de seus aliados ocidentais, em específico, França e Inglaterra. Nesta ótica, cabe fazer um pequeno comparativo em relação ao que acontece em outras partes do mundo, pois ao mesmo tempo que as potências ocidentais (França, Inglaterra e Portugal), buscavam influenciar, se não travar os processos de integração africanos, os Estados Unidos da América faziam, por exemplo, a mesma coisa em relação a América Latina, na segunda “onda” que começa com as transformações ocorridas na região durante a grande crise – 1914–1945 – e vai até o seu esgotamento, em fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970 (SOUZA, 2012). Neste sentido a diferença entre a América Latina e a África, em relação a integração, está principalmente na linha de tempo de existência dos Estados como unidades políticas autônomas. Enquanto, na América Latina, a grande crise traz como principal mudança a deflagração de um processo de industrialização em vários de seus países, na África, os países recém alcançavam a independência política, mas, continuavam mais dependentes do ponto de vista econômico e securitário. Sair desta dependência constituía, e continua sendo, um dos principais desafios cuja eliminação está depositada na unidade africana. Esta unidade cuja necessidade fora proclamada com vigor nos congressos e conferências de Manchester, em 1945, de Kumasi, na atual Gana, em 1953, de Acra, em abril e dezembro de 1958, e de Cotonou, em julho de 1958, era o horizonte proclamado da maioria das formações e dos dirigentes políticos como testemunha, nomeadamente, a referência à “África” e não a territórios particulares, no nome de um grande número de partidos<sup>3</sup> políticos (M'BOKOLO, 2011). Isto indica que a ideia da inte-

<sup>3</sup> African Nacional Congress, Kenya African Union, Nyassaland African Union, Pan-Africanist Congress, Parti Africain de l'Indépendance, Parti du Regroupement Africain, Parti Solidaire Africain, Ressemblément Démocratique Africain, Tanganyka African National Union.

gração está presente nos pensamentos dos africanos antes, durante e depois da independência. Portanto, os desafios estão historicamente presentes em todos os processos da construção dos Estados, apesar das expectativas desta integração continuarem alimentando os sonhos africanos.

### **3 – QUAIS SÃO OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO AFRICANA?**

A partir do início do século XXI, o mundo assistiu a um ressurgimento do continente africano. Ressurgimento este que os próprios africanos denominaram do Renascimento africano, onde, com a criação da UA, fortaleceram-se as relações interafricanas através do fortalecimento dos blocos de integração regionais (CEDEAO, SADC, CEMAC, IGAD) de um lado, os quais se encarregaram de resolver os principais conflitos da década de 1990 (Ruanda, Burundi, Libéria Serra Leoa, Guiné-Bissau), e do outro, Organizações como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e o *Programme for Infrastructure Development in Africa* (PIDA), e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), responsáveis por pensar o desenvolvimento do continente.

Juntamente a estes processos, a África assistiu, como em outras partes do mundo, o fortalecimento das instituições, a consolidação da democracia como forma de acesso ao poder, o avanço dos Direitos Humanos, a resolução da maioria dos conflitos e guerras que afligem o continente. Enfim, em pouco tempo, assistiu-se ao desaparecimento do afro pessimismo devido, principalmente, à criação do Mercado Comum Africano através das diversas organizações de integrações regionais – as CERs.

Os pilares principais da União Africana, criada em 2001 no lugar da OUA são o reforço dos dispositivos favorecendo a livre circulação das pessoas e dos bens no continente, possibilitada pela uniformização dos documentos (passaporte) e supressão de vistos entre países africanos, assim como, a criação de instituições educativas (universidades) de cunho continental, promovendo a educação da opinião pública africana em favor da Unidade Africana (TSHIMBE, 2001).

Seguindo esse raciocínio, parece fácil traçar as perspectivas da integração africana, e prever um futuro africano de prosperidade, desenvolvimento e bem-estar social, para este e os próximos séculos. Tanto é que alguns analistas não hesitam a afirmar que estamos vivendo o século africano (SAMB, 2010; MAMDANI, 2004; TOUNKARA, 2015). Porém, no mundo globalizado isto, por si só, parece ser um grande desafio, sem contar os novos desafios que apareceram juntamente com a luta pela democratização.

Primeiro, como manter esta chama de desenvolvimento e esperança, numa conjuntura internacional globalizada e cada vez mais em crise, econômica, política e até cultural? Em segundo lugar, como um continente como o africano pode pretender uma autonomia, sendo bastante debilitado em termos tecnológicos, econômicos políticos, institucionais e, dependente totalmente do exterior, pois, nem empreendeu uma primeira fase de industrialização? Em terceiro lugar, como a África, que sempre foi fonte de abastecimento de matérias-primas e mão-de-obra barata para o capitalismo e mercado aberto para os países capitalistas, pode de um dia para outro se tornar autônoma? Se isso acontecer, qual vai ser a reação dos países capitalistas em geral e particularmente as antigas potências coloniais, principalmente se aceitamos a ideia de que jamais existiu uma “ordem mundial” que fosse verdadeiramente global?. Segundo Kissinger (2015), a ordem que conhecemos hoje foi concebida na Europa Ocidental há quase quatro séculos numa conferência de paz realizada na região alemã de Vestefália, sem o envolvimento, ou sequer o conhecimento, da maioria dos outros continentes ou civilizações.

Eis algumas questões que nos permitem problematizar e refletir os desafios e as perspectivas da integração africana, obviamente sem pretender esgotá-las. Podemos discutir tomando como ponto de partida a crise econômica mundial de 2008, seguida das crises políticas em diversos países africanos a partir de 2010 (Costa de Marfim, Líbia, Mali, República Centro Africana), além de outros países que enfrentam o terrorismo (Nigéria, Argélia, Mauritânia, Mali). Diante deste cenário, parece fácil apontar os desafios do continente, que seriam enfrentar as novas ameaças com o terrorismo internacional e as questões ambientais, dentre outras, assim como amenizar o impacto da crise econômica internacional.

A manutenção da chama do desenvolvimento e esperança africana neste novo século, vai depender de fatores internos e externos até porque como bem observa Khanna (2011, p.78), vinte anos depois do fim da era unipolar resultante do colapso da União Soviética, não existe algo que se possa chamar de “segurança global”. Isto significa que o mundo globalizado em que vivemos atualmente é um mundo caótico, onde não há nem acordo sobre as normas balizadoras de uma ordem internacional. Portanto, é com muito cuidado que se pode buscar uma continuidade nos processos de estruturação e institucionalização do continente, já que isto pode ser visto (ou é visto) como ameaça a outros atores do sistema internacional em geral e, particularmente, aos países ocidentais que continuam muito dependentes da exploração dos recursos africanos. A intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia, em 2011, ilustra esta percepção de ameaça e possibilidade de agressão externa geradora de estagnação, e até retrocesso, dos projetos que objetivam buscar uma maior autonomia do continente.

Deste modo, é importante que do ponto de vista interno, a construção de um entendimento entre os países africanos, que consistiria na resolução das diferenças e discordâncias de qualquer natureza de modo que se possa estabelecer metas e objetivos comuns e, principalmente, traçar estratégias pautadas na diplomacia e no diálogo para alcançá-los. Considerando o contexto e a conjuntura internacional atual, considera-se importante para a manutenção continuada das estruturas integrativas do continente africano, a apropriação e defesa de ideias segundo as quais quanto mais se permite a propagação da autonomia política, mais pacífico se torna o mundo (KHANNA, 2011).

Segundo este autor,

De modo muito semelhante com a que ocorreu na Idade Média, o mundo se organiza em discretos sistemas regionais, cada um com suas regras e isso, deveria ser incentivado. A restauração de qualquer senso de estabilidade global começa pela estabilidade regional. E, dentro de cada região, o maior passo isolado que pode ser dado para aumentar a segurança de todos é refazer as fronteiras mais instáveis. As fronteiras medievais eram fluidas, com milhares de entidades políticas e econômicas navegando um mundo cada vez mais aberto (KHANNA, 2011, p. 78).

Estas palavras de Khanna, não somente reforçam a ideia de que é importante resgatar o passado histórico do continente em termos de integração, mas também sugerem que o mundo precisa recuar para poder avançar com maior segurança. Neste sentido, buscar a consolidação da integração africana para manter a chama do desenvolvimento e da esperança acesa pelo renascimento, pode significar voltar no mapeamento do continente, onde as fronteiras coloniais serviram apenas para causar problemas (SAMB, 2010; KHANNA, 2011).

Assim, percebe-se que os desafios da integração africana não se resumem na multiplicação dos conflitos, mas, o mais importante desafio tem a ver principalmente com a natureza e a gravidade dos mesmos em termos de perda humana, de deslocamento forçado de população, de violação extensa de direitos humanos, de danos causados ao meio ambiente e de pilhagem incontrolada de recursos (M'BOKOLO, 2011). Isto significa que os desafios são múltiplos, complexos e, seu enfrentamento não depende somente de fatores e atores internos e muito menos de uma única vontade da África e dos africanos. A responsabilidade de enfrentar os desafios passa para os organismos de integração regionais e a própria União Africana, a responsabilidade de apontar soluções. Por isto, deve-se buscar o fortalecimento das estruturas e dos mecanismos de integração pela diplomacia e a negociação no âmbito interno e internacional.

Vale ressaltar a importância da diplomacia e da capacidade de negociação na busca pela manutenção do desenvolvimento e da esperança africana, visto que o mundo vive um período onde todos os atores do sistema estão competindo em governar territórios, controlar recursos, conquistar comércio e investimento, e obter apoio popular (KHANNA, 2011). Ora, o continente africano é conhecido por ter extensos territórios, recursos abundantes e um mercado para o comércio e o investimento, por isso vive-se uma continuada competição no continente.

Segundo Khanna (2011), ao conferir poder e autoridade às redes terroristas transnacionais, ao crime organizado e aos traficantes de drogas, a globalização tornou alguns países ainda mais fracos, enquanto empresas multinacionais e ONGs crescem em poder e estrutura. Pode-se dizer que as principais vítimas desta conjuntura são os países africanos e, mais que isso, a intervenção ocidental na Líbia, no Mali, na Costa de Marfim e em

boa parte do Sahel, desestruturou os Estados nacionais assim como as organizações de integração regionais, como a União Africana, e fortaleceu o crime organizado e o terrorismo internacional no continente.

Porém, entendemos que se enfrentar estes fenômenos são verdadeiros desafios para a integração africana, o maior desafio continua sendo o enfrentamento do neocolonialismo e do imperialismo ocidental, que evidentemente se beneficia destes fatos transnacionais para manter sua agressão ao continente, assim como a exploração dos recursos energéticos e geopolíticos do continente. Portanto, podemos pensar em desafios internos que podem ser resumidos no desenvolvimento socioeconômico, no enfrentamento dos conflitos e guerras internas e a boa governança e nos desafios externos que são entre outros, enfrentar o terrorismo internacional, aquecimento global bem como fazer frente de forma coletiva aos efeitos das crises econômicas internacionais, do imperialismo e, principalmente, do neocolonialismo.

Em outro momento, defendemos e continuamos defendendo, sem negar o real perigo do terrorismo islâmico para os países africanos, que o principal desafio para os processos de integração africanas continua sendo enfrentar estrategicamente o neocolonialismo e o imperialismo das antigas potências coloniais, que, cinquenta anos após o fim formal do colonialismo, continuam defendendo e preservando seus interesses a ferro e fogo no continente. Bastou alguns sinais de prosperidade e possibilidade de autonomia do continente em relação a Europa, para suscitar os demônios da 'Françáfrica' e voltar a reviver o tempo da ingerência francesa (ocidental) nos assuntos internos dos países africanos, eliminando desta forma, não somente os líderes do renascimento africano como Kadafi, mas também afastar governos não amigos como foi o caso do presidente do Mali, Ahmadou Toumani Touré, vítima de um golpe de Estado, abrindo brechas para a intervenção francesa no país, como se estivéssemos ainda na época da Guerra Fria.

Isto traz um retrocesso nos processos de institucionalização africanos, assim como paralisa os avanços registrados nos últimos anos nas áreas econômicas, políticas e sociais, e até poderá trazer de volta os conflitos internos que foram vivenciados na década de 1990. É importante lembrar que as guerras civis africanas dos anos noventa foram causados por um so-

matório de fatos que vão desde a mal governança dos países baseados nos partidos únicos e nos governos ditatoriais, passando pela crise econômica da década perdida (1980–1990), agravada pela crise de dívida resultante dos Programas de Reajustamentos Estruturais (PAE), para culminar na imposição de valores como a democracia ocidental, dos votos universais enfim, das eleições não transparentes, que somente aumentaram a frustração da população africana. Mas também pela disponibilização de armas por traficantes, bem representados pelo personagem de Andrew Niccol do filme ‘Senhor das Armas’.

Para piorar o cenário viu-se a chamada ‘primavera árabe’ varrer os governos ‘autoritários’ do norte da África. Essa ‘primavera’ desestabilizou os Estados daquela região, abriu caminhos para a onda de imigração de africanos em direção, infelizmente, aos ditos países desenvolvidos, sem que as principais organizações de integração regionais africanas (UA, CEDEAO, SADC, IGAD, CEMAC), pudessem fazer algo pois, esses fenômenos paralisaram os seus funcionamentos e tendem a inviabilizar seu projetos de unir, desenvolver e manter a segurança no continente.

Isto parece indicar que, apesar de estarmos vivendo em pleno século XXI marcado pela globalização da economia mundial capitalista, o ocidente busca de forma contínua, evitar a emergência da periferia ou da semiperiferia (AMIN, 2014). Portanto, da mesma forma que o projeto de renovação do Egito de Mohammed Ali e de seus vizinhos do Maxerreque árabe no século XIX, foi sufocada na segunda metade do reino do Khedive Ismail durante os anos de 1870, pela agressão externa da principal potência do capitalismo industrial da época, a Grã-Bretanha, pode se afirmar que a invasão da Líbia de Khadafi pelas forças da OTAN em 2011, constitui uma ruptura do processo da renovação das instâncias africanas em busca de uma inserção autônoma no sistema internacional vigente (AMIN, 2014).

Deste modo, pode-se considerar que os processos de integração regionais africanos devem continuar atentos aos desafios históricos do continente desde da eliminação dos traços do passado colonial, passando pelas indecisões, indefinições ao longo do período da Guerra Fria, e as crises de *leadership* enfrentadas na primeira década depois da queda do muro de Berlim, reforçados pelos egoísmos nacionais (KAMIAN, 2007). Além disso, lutar e vencer as agressões externas motivadas pelos interesses geo-

políticos que representam o continente africano, bem como buscar uma melhoria das economias a fim de gerar maior bem-estar, possibilitando a abertura de espaços de atuação conjunta na defesa dos interesses da África e dos africanos (SAMB, 2010).

Neste contexto, a luta pela autonomia do continente, se apresenta como um dos desafios cujo enfrentamento passa pelo fortalecimento das estruturas e instituições regionais bem como o controle e exploração dos recursos na perspectiva de criação de uma indústria de transformação local. Para isso, o inventário dos recursos e das potencialidades do continente feita por Cheikh Anta Diop, em 1960, pode ser de grande valia para acelerar o desenvolvimento por meio da exploração e valorização do continente. Segundo Diop (1960), a concentração simultânea dos recursos energéticos e de matéria prima permite definir oito zonas industriais na África subsaariana. Primeiro, a bacia do Congo, que pode ser destinada ao desenvolvimento da indústria pesada devido a potencialidade de energia hidráulica. Segundo, a região do Golfo do Benim, o delta do Níger, onde se localiza atualmente Nigéria, a região do dhomey (que vai do Benin passa pelo Togo atual e termina em Camarões), que pode e deve ser potencializada na produção de indústria eletro-metalúrgica e eletroquímica devido a abundância de urânio, ouro, alumínio mas também de madeira.<sup>4</sup> A terceira zona, segundo Diop, pode ser constituída no espaço ocupado por Gana e Costa do Marfim na atualidade que, além de possuir uma potencialidade de energia hidráulica<sup>5</sup>, concentra grande parte da produção mundial de cacau.<sup>6</sup> A quarta zona seria localizada na região da atual República da Guine, Serra Leoa e Libéria, região vista pelo autor como uma região metalúrgica onde se pode instalar um centro para a indústria automotiva e aeronáutica.<sup>7</sup> A quinta zona seria constituída na atual região do Senegal, Mali e do Níger, podendo se especializar na produção têxtil, de cereais, pesca, e serviria de zona de interconexão das linhas de distribuição energética entre a terceira e quarta zona. A sexta zona se localiza no que o

---

<sup>4</sup> Pode ser a base de uma indústria de papel, de destilação, óleo, etc.

<sup>5</sup> Graças às potencialidades dos rios Volta, Bandama e Comoe.

<sup>6</sup> Em 1960, quando foi publicado o livro, o autor estimava que os dois países monopolizavam mais da metade da produção mundial de cacau.

<sup>7</sup> Esta região além de possuir uma capacidade energética considerável, concentra boa parte das reservas minerais (ferro, ouro, bauxita, uranio e diamante).

autor chamou do Sudão “Neolítico”, a região dos Grandes Lagos e Etiópia que, além de possuir de grandes potencialidades energéticas, constitui uma região geoestratégica, onde é possível desenvolver a indústria naval devido a presença de grandes portos como o de Mombasa (Quênia). Por fim, a sétima e oitava zonas são respectivamente a bacia do Zambeze e a África do Sul, vistas como propícias à instalação de uma variedade de indústrias devido a abundância de recursos minerais energéticos, assim como a possibilidade de desenvolver uma indústria agrícola.

Deste modo, a visão pan-africanista de Cheikh Anta Diop e outros, entende por autonomia africana a capacidade da África poder explorar os recursos do continente em prol de um desenvolvimento socioeconômico e político interno sem a ingerência de países estrangeiros ou a dependência da ajuda internacional. Isto vem acontecendo devido ao revigoreamento dos processos de integração regionais no continente neste início do século XXI, marcado pelo que se chamou do Renascimento Africano com a criação da União Africana (UA) no lugar da OUA e da NEPAD. Estes processos levaram a um dinamismo dos blocos de integração regionais do continente como CEDEAO, CEMA, SADC, IGAD e permite entrever um futuro positivo no que tange as perspectivas do continente e de seus processos de integração regionais.

#### 4 – QUAIS AS PERSPECTIVAS FUTURAS?

Esta breve descrição panorâmica dos desafios da integração africana, coloca qualquer afro otimista em dúvida quanto as perspectivas futuras promissoras da integração africana. Porém, um recuo histórico nos anima ao afirmar que apesar das dificuldades, dos problemas e do tamanho dos desafios, nossa visão do futuro da integração africana é positiva. A África é um continente paradoxal já que, apesar de estar em constantes movimentos e mutações em busca de condições de vida melhores para seus povos sem sucesso, continua sendo a principal fonte e reservatório de matérias primas, um elemento geoestratégico e geopolítico fundamental no plano internacional.

A África sempre foi, e continua sendo, palco onde se trava e se resolve os conflitos econômicos financeiros e culturais de países e povos

estrangeiros, o que inibe a resolução dos principais problemas desta região. Muitas vezes a literatura especializada, assim como mídia, se esquecem, ou pelo menos deixam de lado, o elemento ingerência externa na explicação dos porquês das crises econômicas, políticas e culturais enfrentadas pelo continente africano em geral. Ora, nos parece inconsistente e incoerente buscar explicar a situação econômica africana sem levar em consideração os impactos negativos dos séculos de escravidão, seguidos de um longo período de colonialismo ocidental, além de ser um dos palcos da Guerra Fria (GF) e do neocolonialismo, que marcaram o continente tanto no ponto político quanto socioeconômico ao longo do século XX.

Depois de ter vencido, ou parecer vencer, as agressões mais violentas e mais longas que a humanidade já conheceu, graças a seus imensos recursos humanos e espirituais, e ter iniciado a adoção de uma estratégia racional eficaz e voluntarista de forma a colocar todas as forças e potencialidades em favor do enfrentamento dos problemas de paz, desenvolvimento, resolução de conflitos internos para, assim, se libertar da dependência e da dominação estrangeira, somos convencidos que o surgimento do novo fenômeno chamado terrorismo e crime organizado recolocou o continente sobre a mira de novas ameaças. Isso pode até atrasar, mas não poderá frear o avanço próspero dos processos de integração regionais africanos.

Isto significa que as reformas das instituições de integração regionais africanas operadas a partir do renascimento africano, vieram para ficar. No entanto, terão que enfrentar as diversas dificuldades e desafios tanto internos quanto externos, enfim, terão que enfrentar os problemas do mundo globalizado e nele se inserir. Ora, segundo Hobsbawm (2000):

A Globalização implica um acesso mais amplo, mas não equivalente para todos aos recursos, mesmo em sua etapa teoricamente mais avançada. Do mesmo modo, os recursos naturais são distribuídos de forma desigual. Por tudo isso, o problema da globalização está em sua aspiração a garantir um acesso tendencialmente igualitário aos produtos em um mundo naturalmente marcado pela desigualdade e pela diversidade (HOBSBWM, 2000, p.75).

Olhando estas linhas de Hobsbawm, parece que os problemas africanos são idênticos aos problemas da globalização. Portanto, espera-se que, mesmo com a impossibilidade de distribuir de forma equitativa os

recursos do continente entre sua vasta e crescente população, ocorra uma diminuição das desigualdades sociais e uma melhor administração dos recursos africanos pelos (e para os) africanos. Isto passa necessariamente, em primeiro lugar, pela aquisição real da autonomia<sup>8</sup> e da independência do continente e pelo fim do neocolonialismo ocidental e, em segundo lugar, pela definição clara das regras de acesso ao poder assim como a gestão democrática da coisa pública.

Acredita-se na recuperação da UA e de seus pilares (CERs), como ferramentas que vão brigar para a inserção positiva do continente no sistema internacional. Para tanto, será necessário contar com a colaboração dos países do Sul em geral e particularmente os chamados países emergentes como China, Índia, Brasil e Indonésia. O estreitamento das relações do continente com estes países não pode ser visto como sinônimo de rompimento com os países do Norte. Mas, mesmo assim, tal postura encontrará oposição dos parceiros tradicionais (Europa e Estados Unidos), pois trata-se de brigar por espaços estratégicos e mercados de aproximadamente de um bilhão de consumidores, além da África ser uma fonte inesgotável de matérias primas e recursos energéticos.

Considerando estas variáveis (população versus recursos), pode se afirmar que o grande dilema do século XXI para o continente africano traçar um futuro digno para sua população que não para de crescer, passa pela administração dos recursos, seja pelas unidades nacionais ou pelos blocos de integração regionais, de forma que todos sejam beneficiados.

Neste sentido Hobsbawm (2000), lembra que a questão em relação ao crescimento da população é qual será o futuro de toda gente que vive na terra, uma vez que, para o “*Homo globalizatus*”, a busca pela

<sup>8</sup> Este texto está sendo escrito em um momento em que o debate sobre a autonomia é de atualidade e o questionamento dos pilares do Neocolonialismo em geral e francês em particular está no auge com protestos em todo continente contra o uso do Franco CFA nas antigas colônias francesas de África. É importante frisar que ainda na atualidade 14 países africanos usam o CFA como moeda, sendo que para isso, é preciso depositar 50% da liquidez dos mesmos no Tesouro francês, que controla tanto a emissão quanto a administração desta moeda. Desde da independência dos países africanos em 1960, o questionamento desta moeda por qualquer autoridade política africana, resulta na sua destituição do poder pelos vários meios inclusive golpe de Estado e assassinato como foi o caso de Modibo Keita do Mali em 1965, Laurent Bagbo de Costa de Marfim em 2011. Este debate foi relançado pelos jovens pan-africanistas e liderado por um franco-Beninense chamado Kemi Seba, que de maneira simbólica incinerou no dia 19 de agosto de 2017, uma nota de cinco mil franco CFA em Dakar na Capital Senegalesa. Por mais detalhe consultar < <http://www.jeuneafrique.com/470079/economie/kemi-seba-le-franc-cfa-et-le-bitafric/>>.

felicidade é uma motivação geral do ser Humano na época moderna. Na opinião do autor, o padrão de comparação histórica pelo qual o século XXI será julgado é em que medida a criança que nasce será capaz de viver uma vida digna, produtiva e feliz e, como o destino das crianças depende do local onde elas nascerem (HOBSBAWM, 2000), esta deve ser uma das principais preocupações das lideranças e da população africana em geral. Isto significa que lutar contra as desigualdades sociais é um desafio da integração regional africana, mas também do mundo globalizado. Como bem observa Hobsbawm

a desigualdade de oportunidades no mundo será um dos fatores cruciais no futuro da humanidade, tanto enquanto coletividade compara os indivíduos: disparidades regionais, disparidades geográficas no interior de um mesmo país e desigualdades sociais (HOBSBAWM,2000, p. 171).

Portanto, deve-se pensar com seriedade e engajamento no estancamento das desigualdades de oportunidades no continente, não somente para resolver de forma definitiva os vários problemas (conflitos, guerras, migração e imigração) que castigaram e continuam castigando a África. Mas, principalmente, evitar o surgimento de outros problemas como a cooptação de jovens pelas redes do crime organizado e do terrorismo internacional, assim como evitar a busca suicida pelos caminhos da imigração de milhões de jovens. Considerando que no horizonte de 2030 e 2040, mais de um bilhão de habitantes, ou seja, cerca de 25% da população mundial (ECA, 2016), será africana, percebe-se que a responsabilidade da União Africana (UA) com seus 54 países-membros é grande. No entanto, pode ser enfrentada com facilidade, já que, ocupa na atualidade, o segundo lugar no que tange à rapidez do crescimento do seu PIB, perdendo somente pela Ásia. Segundo CHIRONGA, Mutsa et al (2011, p.02):

embora os problemas políticos, as guerras, os desastres naturais e as políticas pobres possam desacelerar a África, as perspectivas para as empresas voltadas para o consumidor são promissoras. Os africanos gastaram US \$ 860 bilhões em bens e serviços em 2008 – 35% a mais do que os US \$ 635 bilhões que os indianos gastaram e um pouco mais do que os US \$ 821 bilhões gastos do consumidor na Rússia.

Isso mostra que, em relação ao futuro do continente africano e de suas organizações de integração regionais e continental, as perspectivas são promissoras e positivas, apesar da grandeza e da complexidade dos desafios a serem enfrentados no caminho deste futuro.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de trazer as considerações finais, é importante lembrar que o objetivo principal deste texto foi analisar os problemas, desafios e perspectivas dos processos de integração regionais no continente africano. Para isso, ele foi estruturado em torno de três pontos principais: a história dos processos de integração regionais do continente, os desafios e as perspectivas da integração africana. No que tange a parte histórica, evidenciou-se a importância de se resgatar o passado, que se inicia com os impérios tradicionais, os quais parecem moldarem as bases dos atuais blocos de integração regional, e passa pelas estruturas coloniais do século 19, que deixaram suas marcas principalmente na parte da chamada África francófona, cujos pilares ainda estão visíveis tanto no nível dos Estados independentes, quanto nas diferentes fases dos processos de integração regionais. Por isso, entre os desafios mais complexos a se enfrentar para a consolidação da integração, tanto regional (CEDEA, CEMAC, IGAD, SADC) quanto continental (União Africana–UA), estão aqueles atrelados ao sistema neocolonial ocidental no continente.

Assim do ponto de vista da segurança, por exemplo, percebe-se que se de um lado o continente precisa da cooperação ou colaboração do Ocidente em geral, e da França em particular, para lutar contra as novas ameaças como o crime organizado e o terrorismo internacional, do outro lado, entende-se que a própria presença militar do Ocidente é uma fonte de preocupação e de insegurança. Do ponto de vista econômico-financeiro, mais ainda, pois, atualmente existem quatorze países da antiga África francesa que continuam dependente do franco CFA, moeda, emitida e gerenciada pelo tesouro francês, constituindo um dos principais pilares do neocolonialismo francês no continente e um dos fatores da fragilidade econômica-financeira destes países, sendo uma barreira para a integração

monetária entre África francófona e o resto do continente e um forte limitador da autonomia dos países que o usam.

Em relação às perspectivas, mostrou-se que apesar da grandeza e complexidade dos desafios a serem enfrentados, não há motivo para desânimo ou pessimismo. Ao contrário, a evolução dos processos de integração regional africanos, principalmente neste início do século XXI que viu o surgimento da UA no lugar da OUA, e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), simbolizam o ressurgimento da ideia do Renascimento Africano. Nesta nova fase, assiste-se a um revigoramento dos processos de integração regionais em todo o continente, um amadurecimento dos processos de institucionalização dentro das unidades nacionais, maior transparência da gestão pública e um avanço considerável na democratização, além do aumento do bem-estar social, apesar do crescimento da população, que de certo modo é resultado do estancamento dos conflitos e da melhoria das condições de vida da população em geral. Portanto, apesar da nova fase de incertezas surgida desde da eclosão do que se chamou de ‘primavera árabe’, em 2011, que resultou na morte de Khadafi, um dos principais líderes do renascimento africano, e do fortalecimento do terrorismo islâmico no continente, que abriu as portas para o novo intervencionismo ocidental, o futuro da integração regional é promissor e as perspectivas são boas.

## REFERÊNCIAS

- ABWA, D. Les seize pour les États Unis d’Afrique: Kwame Nktumah revisité. In: BAH, T. *Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain*: perspective historique. Dakar: CODESRIA, 2005. p. 158–169.
- ADEBAJO, A. *The Curse of Berlin: Africa after the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- AMIN, S. 2011: a primavera árabe? In: GONÇALVES, J. *África no mundo contemporâneo: estruturas e relações*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 253–280.
- BARRY, B. *Le royaume du Waalo: Le Senegal avant la conquête*. Paris: Karthala, 1985.
- CHIRONGA, M. et al. *The Globe*. Cracking the Next Growth Market: Africa. Harvard Business Review May 2011.

DIALLO, M. A. *África Ocidental: oportunidades e desafios da integração regional frente as relações interafricanas* (desde os anos 1960). 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre RS–BR, 2015.

DIOP, C. A. *Les fondements économiques et Culturels d'un Éta Fédéral d'Afrique Noire*. Paris: Presence Africaine, 1960.

ECA – Economic Comission for Africa. *The Demografic Profile of African Countries*. Addis Ababa: ECA, March 2016.

GOMA-THETHET, J. E. Cheikh Anta Diop et l'avenir de l'Afrique: une relecture des fondement économique et culturels d'un État fédéral en Afrique noire. In: BAH, T. *Intellectuels, nationalisme et idéal panafricain: perspective historique*. Dakar: CODESRIA, 2005. p. 115–128.

HOBSBAWM, E. *O novo século: entrevista a Antônio Polito*. Tradução do italiano para o inglês Allan Cameron. Tradução do inglês para o português e cortejo com a edição italiana Claudio Marcondes. São Paulo: Companhias das Letras, 2000.

KAMIAN, B. La dynamique des integrations, de la periode colonial à nos jours. In: SANANKOUA, B. *Les États-nations face à l'Integration regional en Afrique de l'Ouest: le cas du Mali*. Paris: Karthala, 2007. p. 76–81.

KHANNA, P. *Como governar o mundo: os caminhos para o novo renascimento*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KISSINGER, H. *Ordem Mundial*. Tradução Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MAMDANI, M. *L'Afrique Contemporaine et l'heritage du colonialismo tardif*. Paris: Karthala, 2004.

M'BOKOLO, E. *África Negra: história e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Manuel Resende, revisada academicamente por Daniela Moreau, Valdemir Zamparoni e Bruno Pessoti. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

NDLOVU, J. M. L. *Reflexões sobre a integração em África fortalecendo os blocos sub-regionais para uma integração eficaz*. Adis Abeba, Etiópia: OUA, 2008.

NKRUMAH, K. *Africa Must Unite*. New York: Fredeick A. Praeger, 1963.

OBSERVATOIRE DE L'ASIE DE L ESTE (OAE). Appel à communications: «L'Afrique est-elle partie?» *Revue Interventions économiques*. 2016. Disponível em <[http://www.ieim.uqam.ca/spip.php?page=activites-oae&id\\_article=10408&lang=fr](http://www.ieim.uqam.ca/spip.php?page=activites-oae&id_article=10408&lang=fr)>. Acesso em: 16 set. 2017.

OUÉDRAOGO, R.-S. S. Trajectoire historique, actualités et perspectives du panafricanisme. In: BAH, T. *Intellectuaels, nationalisme et idéal panafricain: perspectiva historica*. Dakar: CODESRIA, 2005. p. 69–87.

- RODNEY, W. *How Europe Underdeveloped Africa*. Dakar: CODESRIA, 2012.
- SALL, A. *Les mutations de l'intégration des États en Afrique de l'Ouest: une approche institutionnelle*. Paris: Harmattan, 2006.
- SAMB, D. *L'Afrique dans le Temps du Monde*. Paris: Harmattan, 2010.
- SOUZA, N. A. América Latina: as ondas da integração. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87–126, 2012. Disponível em: <[www.revistaioikos.org](http://www.revistaioikos.org)>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- TOUNKARA, S. A. C. L. P. P.-N. M. *Les réalités et les défis d'une renaissance Africaine*. Paris: Harmattan, 2015.
- TSHIMBE, M.; BUKASA M. *L'Afrique face à ses problèmes de sécurité et de la Défense*. Préface de Pierre Dabezies. Paris: Imprint. 2006.
- VISENTINI, P. F. *A África na Política Internacional: o sistema Interafricano e sua inserção Mundial*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.